

Os donos dos *plateaux* da informação semanal na TV generalista

Felisbela Lopes

Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho

Nos primeiros dez anos de coabitação entre os sectores público e privado de televisão, a informação semanal teve um percurso algo atribulado: encarada inicialmente como uma área estruturante no segmento nocturno, esse tipo de programação foi perdendo espaço a partir de finais dos anos 90, nomeadamente nos canais privados. Tendo como referência programas que se desenvolvem pela conversação em estúdio, uma das questões que importa discutir para avaliar o tipo de espaço público que essas emissões desenham diz respeito à identificação daqueles a quem os jornalistas dão a palavra. Da análise dos programas de debate e de grande-entrevista emitidos na RTP1, SIC e TVI entre 1993 e 2003, concluímos que a classe política foi aí a mais privilegiada, mas nem todos tiveram o mesmo direito à palavra televisiva. Ministros, líderes partidários e os deputados mais conhecidos das diferentes bancadas parlamentares constituíram-se como uma espécie de donos dos *plateaux* da informação semanal da TV generalista. Esta é uma das conclusões de uma investigação mais ampla, desenvolvida no âmbito do nosso doutoramento que incide sobre a informação televisiva semanal emitida no horário nocturno dos canais generalistas portugueses. Esse estudo inscreve-se na linha de pesquisa do Mediascópio, um projecto coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Pinto.

Quando a informação opera segundo a lógica da espiral do silêncio

Em 1972, Maxwell McCombs e D. L. Shaw publicam na revista norte-americana “Public Opinion Quarterly” um artigo intitulado “The Agenda-Setting Function of Mass Media”, na sequência de um estudo da campanha para as eleições presidenciais dos EUA de 1968. Pouco tempo depois, Elisabeth Noelle-Neumann acrescenta um outro efeito provocado pelos media que reforça o poder das mensagens mediáticas: com base na capacidade que os meios de comunicação social têm para agendar o debate público, a socióloga alemã vai mais além nas propostas da teoria de agenda-setting, defendendo que, como seres gregários, cada um de nós tende a aproximar-se daquilo que pensa ser a opinião maioritária em determinado momento (ordem dominante). Com estes

argumentos, a investigadora constrói, em 1974, uma teoria que designa como *espiral do silêncio*. Embora reúna algumas limitações, nomeadamente quando se concentra, na nossa opinião de forma excessiva, na crença de que cada um tem capacidade de perceber quais as opiniões que dominam a propósito de determinado tema, essa proposta teórica reitera a força dos meios de comunicação social na promoção da coesão social. Para além de assinalar os efeitos cognitivos que os *media* poderão operar na sociedade, a teoria de Neumann mostra igualmente um dado de particular interesse: o facto de os meios de comunicação social também operarem em espiral, ou seja, centrarem-se nas opiniões (que se julgam ser) dominantes, deixando nas margens (do silêncio) aqueles e/ou aquilo que não têm acesso ao discurso mediático. Nesta linha, o “*acervo de conhecimentos*” (Berger e Luckmann, 1999) que circula no discurso mediático poderá não ser assim tão diversificado ou igualitário como se julgará. Este ponto de vista é reiterado de outro modo na *teoria do knowledge gap (teoria das diferenças de conhecimento)*, definida em 1970 por Tichenor, Donohue e Olien, segundo os quais os *media* beneficiariam as pessoas educacional e economicamente mais favorecidas, as quais teriam mais capacidade para absorver e integrar informações. Estas teses resultam de uma linha de estudos desenvolvida ao nível da recepção, mas os seus argumentos podem ser transpostos para o nível da produção das mensagens mediáticas.

O reflexo das elites políticas nas elites políticas mediáticas

Elegendo 1993, 1996, 1998, 2001 e 2003 como anos de análise e os programas de debate e de grande-entrevista emitidos em horário nocturno nos canais generalistas como objecto de estudo, verificámos que a classe política foi sempre privilegiada, mesmo para discutir temáticas que extravasavam a sua esfera de acção. Embora com algumas oscilações em termos quantitativos, esse tipo de interlocutores era chamado aos plateaux de informação se reunisse um determinado perfil, ou seja, se detivesse um poder governativo, legislativo ou de liderança partidária. Na década que estudámos, a informação semanal valorizou essencialmente ministros e secretários de Estado de pastas diversas, deputados que se destacavam nas diferentes bancadas parlamentares ou militantes com cargos de direcção dentro dos partidos, ou seja, a elite do poder político. Em termos de formatos televisivos, esses políticos foram preferidos quer em programas

com dispositivos aptos a promover uma espécie de prestação de contas ou explicação da acção governativa (formato mais comum na RTP e na TVI), quer naqueles aptos a potenciar o conflito entre convidados que discutiam temas de diferentes campos sociais (modelo mais seguido na SIC). Sublinhe-se que, nesse tempo, houve uma extensa camada da classe política que permaneceu do lado de fora dos estúdios televisivos: os deputados eleitos por círculos eleitorais mais pequenos, os autarcas, os presidentes de Junta de Freguesia e os presidentes de comissões políticas concelhias de diferentes partidos. Porquê? Porque os temas escolhidos para debate ou grande-entrevista extravasavam a sua actuação, mas, acima de tudo, porque os *plateaux* se mantiveram circunscritos aos mesmos “*confrades*”, usando aqui uma expressão de Jean-Jacques Wunenburger (2000: 105-6).

No primeiro ano de coabitação dos sectores público e privado de televisão (1993), os interlocutores mais destacados da vida política nacional preencheram uma parte substancial dos debates/entrevistas. Na RTP1, os programas de informação semanal configuravam, acima de tudo, momentos de legitimação do poder instituído. Esse poder em cena era potenciado por cenários amplos e abertos e facilitado pela linha editorial do canal público (líder de audiências) que, nos debates e nas grandes-entrevistas, não procurava a novidade, nem ambicionava a polémica, apenas promovia uma reflexão de tópicos que circulavam na esfera pública política. Com uma postura mais pró-activa em relação às fontes oficiais, a SIC também privilegiou os políticos nos seus programas de informação semanal, mas integrou-os em formatos com uma estrutura dual que fomentava emissões polémicas desenvolvidas através de trocas musculadas daquilo que se considerava o melhor argumento a favor de determinada posição. Nem sempre contando com figuras políticas cimeiras, mas insistindo em trazer a estúdio personalidades políticas conhecidas da opinião pública, esses programas criavam frequentemente uma noticiabilidade em redor dos temas que debatiam. No seu primeiro ano de emissões, o canal Quatro não prescindiu dos políticos nos seus debates, mas não lhes cedeu um lugar de especial destaque. Em termos de representatividade partidária, o canal da Igreja chamou a estúdio representantes de todos os partidos, com excepção do PCP, cujos militantes não foram convidados para qualquer programa de informação semanal até Outubro de 1993.

Em 1996, a informação semanal faz-se num novo quadro político (há um novo Governo saído das eleições legislativas de Outubro de 1995) e com outros programas, mas não se notam rupturas quanto à selecção daqueles que acedem aos *plateaux* dos debates/entrevistas. É verdade que o número de políticos diminui no canal generalista público a partir do segundo trimestre, mas esse grupo continua a ter uma presença assinalável nos debates das estações privadas. Se Maria Elisa (na RTP1) opta por outro tipo de interlocutores no debate a que emprestava o seu nome, Margarida Marante (na SIC), Fernanda Mestrinho e Carlos Cruz (na TVI) insistem em recrutar aqueles que se notabilizam no campo político, ou seja, ministros, deputados e destacados militantes de diferentes partidos. Mesmo em assuntos que extravasam a actuação política, é tentador o convite àqueles com quem os jornalistas estão habituados a conversar. Por exemplo, a 12 de Novembro, *Esta Semana* escolhe para tema de emissão “*A crise no futebol português*”. Quem é chamado para o debate? O benfiquista Bagão Félix, o portista Silva Peneda e o sportinguista Oliveira Martins, conhecidos da opinião pública pela sua filiação partidária. Numa altura em que os temas da vida quotidiana ganham espaço em programas de grande-reportagem e reúnem aí um crescente interesse do público, os debates têm uma certa dificuldade em incorporar a vida de todos os dias no centro das suas discussões. A estratégia de compromisso seria cruzar tópicos de diferentes áreas com a política. Foi isso que fizeram em várias emissões Margarida Marante e Fernanda Mestrinho. Ao consultar o Quadro 1, reparamos que, em 1996, as percentagens mais elevadas quanto ao número de políticos presentes nos debates/entrevistas televisivas se concentram em emissões referentes aos primeiros meses desse ano (*Prova Oral, Crossfire*), mas esses valores descem substancialmente nos debates do segundo semestre (*Maria Elisa e Esta Semana*). É nesse período que as jornalistas que conduzem esses programas, Maria Elisa e Margarida Marante, tornam público, em diversas ocasiões, o seu cansaço em relação à política, acrescentando haver igualmente um desinteresse das audiências por esse campo, atestado pelos dados da Marktest. No entanto, esse afastamento pode ser interpretado como um processo circular: a evolução da linha editorial dos debates provocaria uma alteração do interesse do público.

A desvalorização dos políticos por parte dos debates/entrevistas televisivos é mais notória em 1998 e acentua-se nos primeiros tempos pós-*Big Brother*, nomeadamente em 2001. Se nos últimos anos da década 90 os debates televisivos não cederam tanto espaço à classe política, no tempo dos novos *reality shows* esse tipo de interlocutores perde alguma visibilidade porque, acima de tudo, os canais generalistas esvaziaram as suas grelhas nocturnas dos géneros informativos feitos ao ritmo semanal. Em 1998, Maria Elisa é quem mais prescinde dos políticos nos seus debates, mas não os apaga do seu *plateau*, antes mistura-os com especialistas e o cidadão comum. Nesse ano, *Grande Entrevista* concede mais espaço à classe política que se circunscreve aí a ministros e presidentes dos partidos. Em 2001, Judite de Sousa coordena e apresenta um formato mais flexível, *Grande Informação*, onde cabem reportagens e entrevistas ou debates, mas os interlocutores continuam a apresentar idêntico perfil: são essencialmente políticos com grande projecção pública. Ao nível das televisões privadas, os políticos perdem espaço nos (poucos) debates que resistem no horário nocturno nos dois últimos anos do século XX, nomeadamente em *Hora Extra*, emitido na SIC.

Quadro 1: Percentagem de políticos presentes entre 1993 e 2003 nos programas de informação

Canal	1993	1996	1998	2001	2003	Programa	% de políticos
						RTP	
						<i>Marcha do Tempo</i>	
						<i>Prova Oral</i>	21.8
						<i>Maria Elisa</i>	75
						<i>Rosto da Notícia</i>	5.2
						<i>Grande Entrevista</i>	24
						<i>De Caras</i>	41.6
						<i>Maria Elisa</i>	51.9
						<i>Grande Entrevista</i>	8.8
						<i>Grande Informação</i>	36.6
						<i>Prós e Contras</i>	46.9
						<i>Entrevista de M^{te} Elisa</i>	37.3
						<i>Ligações Perigosas</i>	35.7
						<i>Conversa Afiada</i>	0

10 *Você é*
Excepcional
 0 *Raios e*
Coriscos
 2.3 **SIC** *Terça à*
Noite
 21 **Crossfire**
 48.4 *Esta*
Semana
 11.6 *Hora*
 Extra 2.7 **Conta Corrente**
 38.4 *Esta*
Semana
 30 *Conversas Secretas*
 4.7 *Conversas*
Curtas
 10.5 *Sexo*
Forte
 0 Segredos 12.5 **TVI**
Referendo
 17 **Grande Plano**
 48
Frontal
 26.6 **Sem Reservas**
 35 *Artur*
Albarran
 25 **Carlos Cruz**
 46.1 *Olhares* 0 *Caixa de Perguntas*
 11.1

Em 2003, a discussão política está ausente da informação semanal dos canais privados que apenas mantém no ar um único programa, mas volta a encher os *plateaux* dos debates/entrevistas da estação pública. Quase metade dos convidados de *Grande Entrevista* são governantes (primeiro-ministro e ministros), deputados (do PS e do PSD) e autarcas (de Lisboa e de Amarante), ou seja, seleccionam-se os entrevistados de acordo não só com a actualidade noticiosa, mas também atendendo ao capital de notoriedade de cada um. Orientado por uma pergunta-chave que dá o mote à conversa e divide os convidados em dois grupos de posições contrárias, *Prós e Contras* faz recair no campo político vários tópicos de discussão, retirando daí grande parte dos seus convidados, escolhidos de acordo com a respectiva notoriedade ou com o cargo/funções governativas que, na altura, exerciam. Se o tema se alargava a um assunto de sociedade, havia igualmente uma certa inclinação para chamar a classe política para o palco da conversa. Pode dizer-se que, em termos de representatividade, este é o programa que consegue o maior equilíbrio de diferentes forças partidárias, mas essa paridade não corresponde a uma diversidade de interlocutores. O bilhete de entrada continua circunscrito a um grupo restrito de notáveis cujo poder (simbólico) a TV reforça.

***Plateaux* ocupados por uma elite política que a TV ajuda a reproduzir**

Entre 1993 e 2003, os programas de debate e de grande-entrevista privilegiaram a discussão política, feita com as elites políticas, as mais bem treinadas na arte de colocar o poder em cena, as mais capazes para representar uma dramaturgia democrática, as mais habituadas a conciliar um discurso persuasivo com as exigências mediáticas. Entre 1997 e 1999, os debates da RTP1 e da SIC (*Maria Elisa* e *Esta Semana*, respectivamente) abriram algum espaço a outros interlocutores, mas esse alargamento estrangular-se-ia em pouco tempo, com a progressiva diminuição do número de programas de informação semanal emitidos em horário nocturno. Na era do *Big Brother*, a informação semanal dos canais generalistas privados desaparece do horário nobre e, coincidência ou não, os debates e grandes-entrevistas do canal público rapidamente voltam a centrar-se na política e nos políticos. Se colocarmos de lado as oscilações quantitativas e atendermos apenas ao perfil dos políticos que, entre 1993 e 2003, marcaram presença nos *plateaux* da informação semanal, verificamos que se privilegiou sempre quem ocupava cargos de relevo em instituições com centralidade política (Presidente da República, Governo, Parlamento, direcções de partidos com assento parlamentar e a autarquia da capital), funcionando as emissões como momentos de legitimação do poder instituído, mesmo quando os formatos potenciavam o conflito entre os convidados.

Se numa sociedade democrática quem detém o poder político vê nos programas informativos o seu principal palco de exposição e, conseqüentemente, de rentabilização de popularidade, quem conduz tais emissões encontra nesse grupo aquilo a que Pierre Bourdieu chama “*poder simbólico*”, que atrai alguma audiência (variável ao longo do tempo) e apresenta uma certa garantia de que as respostas nunca serão monossilábicas, mas dadas num registo algo empolgado no qual se misturam razão e emoção. Estamos aqui ao nível de um *saber-opinião* cuja verdade não é exterior ao sujeito empírico, mas intrínseca a quem fala e representativa de um sujeito colectivo, o que acentua (mais) a selecção personalizada orientada por critérios de notoriedade. Num livro em que fala

das entrevistas que conduz na RTP1, a jornalista Judite de Sousa interroga-se se “*os políticos estão refêns dos media*” para afirmar o seguinte: “*A observação e a experiência dizem-me que sim. A necessidade que os políticos têm de aparecer na TV alterou a natureza do capital necessário para terem êxito na política*” (2002: 16). De facto, a teatralidade intrínseca à acção política e presente em qualquer diálogo acentua-se à medida que os *media*, nomeadamente a televisão, ocupam o centro da vida política.

Se a entrada nos *plateaux* televisivos privilegia aqueles que já conquistaram *inter pares* alguma importância política, a visibilidade mediática que a televisão proporciona revela-se um meio estruturante da identidade pública desses actores políticos. Se quem fala na TV são as elites, elas perpetuam-se no poder de acordo com a capacidade de circulação no espaço público televisivo. “*Quem não aparece nos media não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal*”, escreve Sanchez Noriega (1997: 244), que reconhece igualmente que “*hoje seria improvável que alguns líderes de épocas pré-mediáticas tivessem existido*” (1997: 254). Concisão naquilo que se diz e expressividade na forma como se diz são actualmente traços exigidos ao discurso de qualquer convidado a participar numa entrevista/debate televisivos, porque interessa, sobretudo, fixar os telespectadores às emissões. A isto, junta-se ainda o capital de notoriedade que se crê com poder para prender as audiências. Neste contexto, o grupo dos seleccionáveis não poderá nunca ser extenso, percebendo-se, assim, o insistente convite feito aos mesmos políticos, que vão circulando por diferentes programas ou por várias emissões do mesmo programa.

Em resumo

Entre 1993 e 2003, os programas de debate e de grande-entrevista dos canais generalistas não foram espaços democráticos, antes desenharam palcos elitistas cujo direito à palavra foi dado a quem se reconhecia certas capacidades: quem era incapaz de adaptar o seu discurso aos códigos televisivos (construir uma palavra pública mediada) não podia falar na TV; quem era desconhecido da opinião pública estaria excluído, a menos que protagonizasse um acontecimento de grande amplitude; quem não pertencia

a instituições centrais onde se exercia o poder político estaria, à partida, afastado das discussões televisivas. Neste cenário, os políticos mais conhecidos e com cargos de destaque tinha um bilhete de entrada assegurado e foi isso que aconteceu no período estudado.

Percorrendo os interlocutores chamados a participar nas discussões que a TV organizou neste tempo, facilmente se verifica que os canais generalistas, através dos programas de debate e de grande-entrevista, nunca reflectiram a opinião pública, antes a reconstruíram em torno dos mesmos “*confrades*”. Mediaticamente houve sempre cidadãos mais iguais do que outros. Poder-se-ia aqui levantar várias perguntas: como é possível uma TV generalista dirigir-se ao grande público e ignorar uma larga parte da população, quando se trata de lhe reconhecer o direito à palavra em emissões informativas mais alargadas? Como se poderá atender ao interesse do público e excluir dos debates mediáticos o cidadão comum? Os programas de debate e grande-entrevista preferiram passar à margem destas questões e, com isso, construíram um espaço televisivo monolítico, pouco igualitário e fomentador de uma enorme espiral do silêncio.

Bibliografia

- Berger**, Peter; **Luckmann**, Thomas, *A Construção Social da Realidade*, Dinalivro, 1999.
- Bourdieu**, Pierre, *Sobre a Televisão*. Oeiras, Celta, 1997.
- Noëlle-Neumann**, Elisabeth, “*La espiral del silencio. Una teoría de la opinión pública*”. In Ferry, Jean-Marc *et al. El Nuevo Espacio Público*. Gedisa Editorial, 1995.
- Sánchez Noriega**, José Luis, *Crítica de la Seducción Mediática*. Ed. Tecnos, 1997.
- Sena**, Nilza Mouzinho, *A Interpretação Política do Debate Televisivo: 1974/1999*. Universidade Técnica de Lisboa, 2002.
- Sousa**, Judite, *Olá Mariana: O Poder da Pergunta*. Oficina do Livro, 2002.
- Rogers**, Everett M; **Dearing**, James W; **Bregman**, Dorine, “*The Anatomy of Agenda-Setting Research*”. “*Journal of Communication*”, Vol. 43, nº 2, 1993.
- Wunenburger**, Jean-Jacques, *L’Homme à l’Âge de la Télévision*. PUF, 2000.